

APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
AOS ELEMENTOS SOLICITADOS PARA A CONFORMIDADE DO ESTUDO DE
IMPACTE AMBIENTAL À SUBESTAÇÃO 30/15 KV DE SÃO ROQUE DO PICO
FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO

REGISTO: INT-SRAAC/2021/2890

1. INTRODUÇÃO

O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao Projeto de Execução (PE) para a construção da “Subestação a 30/15 kV de São Roque do Pico”, abaixo abreviadamente designado por “SESRP”, enquadrado no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA) e tendo como proponente a empresa Eletricidade dos Açores (EDA), iniciou-se a 10 de maio de 2021 com a entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC), na qualidade de Autoridade Ambiental, dos documentos obrigatórios: o Estudo de Impacte Ambiental (EIA): 5 exemplares em papel e uma versão em suporte digital, que possuía no seu anexo I a memória descritiva da SESRP e ainda outros anexos que completavam ou resumiam a informação que o proponente considerara por pertinente.

Nos termos do Diploma AILA foi então constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA, composta pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados, cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Direção de Serviços da Qualidade Ambiental (DSQA), que preside à CA, representada por Carlos Faria e por Filipe Pires que substituirá o primeiro nas suas faltas e impedimentos e funções de coordenação do processo da Participação Pública;
- Direção Regional da Energia (DREn), na qualidade de Entidade Licenciadora do PE e representada por Pedro Pinto Leite;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos e Ordenamento do Território (DROTRH) representada por Ana Rita Dinis para a área do Ordenamento do Território e por Renato Verdadeiro para as áreas respeitantes aos Recursos Hídricos;

- Serviços de Ambiente do Pico, representados por Tiago Fraga, para apoio à CA na verificação no local dos aspetos de caracterização da área de estudo e cobertura dos seguintes fatores ambientais: ecologia, património, socioeconomia e resíduos.

Após apreciação dos elementos inicialmente entregues, a CA emitiu o seu parecer a 25 de maio de 2021, tendo considerado que deveriam ser introduzidos melhoramentos no EIA discriminados no referido documento, colmatadas as lacunas de informação ao nível da localização da subestação existente na área e sobre o destino a dar aos espaços libertados pelos equipamentos substituídos e ainda o envio de 5 exemplares em papel dos documentos alterados, tendo sido concedido 20 dias úteis para a entrega de versões com tais melhorias ficando suspensa a contagem de tempo até à receção dos novos elementos.

A 25 de junho a DRAAC recebeu um CD com a nova versão dos documentos a melhorar e remetido pela EDA devidamente acompanhado dos 5 exemplares em suporte de papel da mesma.

As novas versões em suporte digital foram partilhadas pelos técnicos que compõem a CA para estes procederem à respetiva apreciação, de que resultou este segundo parecer conjunto elaborado com recurso do sistema informático dos Serviços da Administração Regional. Não foi considerado necessário uma deslocação conjunta à área de estudo.

2. APRECIÇÃO GENÉRICA DOS NOVOS DOCUMENTOS DO EIA

A versão de junho do EIA para a SESRP mantém os mesmos volumes e igual estrutura geral da apreciada anteriormente, tendo agora apenas sido alvo de algumas adições pontuais de texto para colmatar lacunas, bem como este foi sujeito diversas correções tendo em atenção as imperfeições antes identificadas pela CA.

Assim, neste parecer a CA limita-se a apreciar no capítulo seguinte as alterações sem novas apreciações genéricas aos documentos do EIA, mantendo-se o essencial do antes referido.

3. APRECIÇÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DO EIA

3.1 – Relatório Técnico (RT)

O Relatório Técnico (RT) agora deixou de ser designado no seu interior por Relatório Base.

Para uma boa articulação entre a análise da CA e o conteúdo do volume em apreciação, a designação e numeração de referência imediatamente exposta abaixo é a mesma utilizada no

RT, podendo existir pontos deste não sejam apreciados no presente parecer por tal ser desnecessário.

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo foi alterada a designação de Relatório Base dada pontualmente ao RT, atribuindo-lhe sempre o nome de Relatório Técnico e corrigida a denominação da Autoridade Ambiental.

Em matéria de Ordenamento do Território, na Tabela 1, importa referir que esta tabela foi atualizada, conforme sugerido, no entanto ficou em falta a referência ao Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores, publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março, retificado pela Declaração de Retificação n.º 6/2016, de 26 de abril (este plano encontra-se em processo de revisão), de forma a manter a coerência, já que foram listados todos os demais diplomas em vigor no concelho de São Roque do Pico (este diploma deve estar na temática de Ordenamento do Território à semelhança dos demais Planos Sectoriais apresentados). Para efeitos de estudos a realizar, importa também salientar o seguinte:

- A Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro aprova a **Primeira** revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território;
- O diploma que aprova o Plano Sectorial da Rede Natura 2000 da Região Autónoma dos Açores já foi **retificado e alterado**;
- O diploma que aprova o Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores já foi **parcialmente suspenso e alterado**;
- O diploma que aprova o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico já teve uma **correção material**;
- O diploma que estabelece o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional é o **Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto**, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto.

Capítulo 2 – OBJETIVOS DO PROJETO/ ANTECEDENTES/ ALTERNATIVAS

O presente capítulo do RT não sofreu nenhuma alteração que mereça ser comentada pela CA.

Capítulo 3 – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

Tendo em conta o anteriormente referido pela CA em matéria de Ordenamento do Território, foram introduzidas as alterações sugeridas para a Tabela 4.

Capítulo 4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO PROJETO DE EXECUÇÃO

Na atual versão do RT ficou esclarecido que a SESRP existente atualmente se encontra no mesmo edifício da Central Termoelétrica, e que os espaços a libertar devido ao PE em apreciação continuarão ocupados com os quadros associados à produção, sendo que o que muda para o novo edifício, são os quadros de MT destinados à distribuição, não havendo por isso lugar a qualquer demolição do edifício existente.

Igualmente foi identificado em texto que o imóvel denominado na legenda como “*Existente*” corresponde a um edifício de escritórios a manter as suas funções, tendo sido adicionada mais uma figura de modo a melhor perceber as relações espaciais de implantação das componentes em avaliação no terreno do proponente.

A atual versão do RT permite igualmente esclarecer que o parque de transformadores existente se manterá, mas que será criado um novo parque exterior de transformadores, na proximidade do novo edifício da SESRP, destinado a uma segunda unidade de transformação de recurso, a equipar com dois transformadores de potência de 2,5 MVA e 5 MVA, ambos a 30/15 kV, para atuação em caso de falha do parque existente.

is de implantação das componentes em avaliação no terreno do proponente.

A CA considera que estes aspetos foram melhorados na atual versão do RT, dando informação suficiente às necessidades do presente procedimento de AIA.

Capítulo 5 – SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

A apreciação desenvolvida abaixo para os vários fatores ambientais discriminados no RT limita-se quase exclusivamente às alterações introduzidas na atual versão do EIA.

- **Clima** – Não foram efetuadas alterações na caracterização deste fator ambiental.
- **Geologia** – Não foram introduzidas alterações na caracterização deste fator ambiental.
- **Recursos Hídricos e Qualidade da Água** – A caracterização deste fator ambiental não foi alvo de qualquer alteração para a presente versão do RT.
- **Qualidade do Ar** – Tendo em conta que as apreciações efetuadas pela CA no seu anterior parecer a este fator ambiental não eram de molde a propor alterações na caracterização então apresentada, o texto da atual versão do RT mantém-se.

- **Ruído** – A caracterização mantém-se igual à anterior aceite já pela CA.
- **Radiação** – Não foi introduzida qualquer alteração no conteúdo da caracterização deste fator ambiental ao nível da presente versão do RT.
- **Solos** – O RT manteve a caracterização anteriormente efetuada para o presente fator ambiental sem alterações.
- **Uso do Solo** – Relativamente ao Uso do Solo, o EIA apresenta uma análise com base na Carta de Ocupação do Solo da Região Autónoma dos Açores 2018 (COS.A/2018), não havendo nada a destacar em relação ao enquadramento efetuado.
- **Instrumentos de Gestão do Território** – No capítulo 5.10 Instrumentos de Gestão Territorial, na tabela 18 continuam em falta as retificações, alterações e suspensões aos seguintes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT): PSRN200, PEPGRA e POTRAA, bem como o diploma que publica o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico.

Convém informar que, dos diplomas com incidência direta na área em questão, apenas foi efetuada a análise ao PRAC e ao PDM, sendo que se concorda com esta decisão, dado que o projeto tem interferência na concretização destes IGT. Importa, no entanto, referir a necessidade da entrega de parecer da autarquia, relativamente à compatibilização do projeto com o seu Plano Diretor Municipal.

– **População e Socioeconomia** – Neste fator ambiental foi adicionado um ponto referente ao Sistema de Saúde e Equipamentos que anteriormente tinha sido considerado pertinente quando da apreciação dos impactes no ponto 6.13 do RT “Saúde Pública”. Face a esta inclusão, a CA chama só a atenção para o facto de, na página 99, ser dito que existe um hospital por cada grupo de ilhas, o que não corresponde à verdade uma vez que o grupo Ocidental não possui hospital.

- **Ecologia – Flora, Fauna e Habitats** – Na primeira apreciação a CA informou que a subespécie azórica da espécie *Erica scoparia* foi reconhecida como uma nova espécie, sendo a sua designação atual *Erica azorica*. Apesar de nos esclarecimentos agora apresentados ser dito que foi realizada esta alteração neste fator ambiental, o mesmo não se reflete no RT onde a espécie continua a ser chamada de *Erica scoparia*.

- **Paisagem** – No capítulo 5.13 Paisagem, o RT descreve um conjunto de conceitos para caracterizar este fator ambiental com uma abrangência superior à dos restantes descritores. Considera-se que a caracterização é suficiente para os objetivos da avaliação em curso.

Pese embora tenha sido acrescentada a análise ao Livro das Paisagens dos Açores – Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores’, publicado pelo Governo dos Açores em 2005, salvaguarda-se apenas que o Sistema de Informação de Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores e ao trabalho de base desenvolvido para a sua concretização, que consistiu na atualização deste livro e que se encontra disponível para consulta no Portal do Ordenamento do Território dos Açores, sendo portanto um documento mais recente do que o utilizado.

- **Património Arquitetónico e Arqueológico** – Não foi efetuada qualquer alteração do presente fator ambiental.

- **Sistema de gestão de resíduos** - Foram introduzidas as alterações recomendadas pela CA no que concerne ao número de alvará da licença do CPR.

5.16 Evolução da situação de referência sem a implementação do Projeto – Este ponto, que como anteriormente foi assumido pretende responder à obrigatoriedade de pelo menos existir uma alternativa zero, manteve genericamente o seu conteúdo.

Tendo em atenção o reparo anterior da CA que o conceito de “impacte” dever ser reservado às alterações provenientes da implementação projeto na situação de referência, a presente versão do RT retirou termo “impacte” associado à alternativa zero, tendo nalguns casos este sido substituído por “efeitos”. A CA nada tem a opor, embora a palavra “tendência” ou “evolução” pudesse ser mais adequada.

Capítulo 6 – IMPACTES AMBIENTAIS E MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Neste capítulo a CA limita-se a apreciar as alterações introduzidas para a atual versão do RT.

Na matriz de avaliação de impactes foi adicionado o grau de ilha: “insular”, à abrangência destes.

- **Recursos Hídricos e Qualidade da Água** – Mantém-se que a identificação dos impactes apresentados na tabela 42 não são representativos deste descritor, estes deveriam corresponder à poluição de águas subterrâneas como descrito no texto e deveria ter sido substituído o conteúdo da tabela para corresponder efetivamente ao impacte identificado no texto para este

descriptor. Todavia uma vez que o texto está correto, a CA considera que este lapso não deve comprometer a conformidade do EIA, contudo é um erro que persiste.

- **Ruído** – Apesar do anterior comentário da CA, esta considerou anteriormente suficiente o exposto no RT para este fator ambiental, pelo que não foi efetuada qualquer alteração.

- **Radiações** – Mantém-se o lapso do quadro 47 neste fator ambiental que está intitulado como respeitante à qualidade do ar, mas tal não compromete o facto de a CA considerar suficiente os elementos constantes no RT em texto para este fator ambiental.

- **Solos/ capacidade de uso do solo e ocupação atual do solo** – A junção destes dois fatores ambientais considerados no RT no capítulo de caracterização da área de estudo não compromete a conformidade do EIA.

Os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si e estão de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental.

- **Instrumentos de Gestão do Território** – Os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si e estão de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental.

- **População e Socioeconomia** – Não foi efetuada qualquer alteração a este fator ambiental.

- **Ecologia – Flora, Fauna e Habitats** – Não foi efetuada qualquer alteração a este fator ambiental

- **Paisagem** Os impactes apresentados e as medidas de minimização adotadas são coerentes entre si e estão de acordo com a caracterização efetuada a este fator ambiental

- **Resíduos** – Foi incluído o sistema de gestão de resíduos no título, embora não tenha havido grandes alterações ao conteúdo, pelo que a CA aceita a situação, mas esclarece que em fase posterior irá solicitar parecer aos serviços com a competência de gestão regional neste tema dos anexos com influência neste descriptor.

- **Saúde Pública** – A recomendação referente à caracterização das infraestruturas e serviços de saúde pública na ilha do Pico teve eco na caracterização do fator ambiental população e socioeconomia, não havendo outras alterações introduzidas para este fator ambiental no presente capítulo.

Capítulo 7 – ANÁLISE DO RISCO

Corresponde a um capítulo sem qualquer alteração face à versão anterior.

Capítulo 8 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

Mantém-se o programa de monitorização com o censo de aves mortas na fase de exploração na zona da subestação e num raio de 200m sem alterações.

Capítulo 9 – SÍNTESE DE IMPACTES

Foram efetuadas algumas correções e sanadas várias incoerências na significância dos impactes, manteve-se a situação de que os impactes identificados para os recursos hídricos descreverem impactes respeitantes à geomorfologia e geologia.

Capítulo 10 – CONCLUSÃO

Não feitas alterações nas conclusões do RT.

3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)

No RNT foram introduzidas algumas correções e melhoramentos em resultado das alterações no RT, contudo os erros que persistiram num dos volumes também se mantêm no outro, sendo de salientar as seguintes imperfeições e incoerências:

- persistem como impacte nos recursos hídricos os que dizem respeito à geomorfologia e geologia, em detrimento de identificar o potencial risco de poluição das águas subterrâneas na fase de construção;
- não foi transposta para o RNT a atualização da designação da Autoridade Ambiental que é a Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.
- No ponto 2.4 do RNT é claro que não há lugar à demolição da atual subestação, mas em 2.5, além do desmantelamento desta, volta a ser assumida a demolição.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES

Após a apreciação dos novos documentos que constituem o EIA, a CA verifica que embora tenham sido introduzidos diversos melhoramentos ficou evidenciada alguma desatenção no trabalho de atualização tanto do Relatório Técnico como do Resumo Não Técnico.

Assim, embora o documento “Esclarecimento Resposta à CA” fazer menção a várias correções e alterações nos documentos do EIA verifica-se nomeadamente o seguinte:

- Houve a atualização da designação da Autoridade Ambiental no volume Relatório Técnico, mas no outro manteve-se a denominação antiga;

- Ambos os documentos evidenciam a não demolição da atual Subestação de São Roque do Pico no texto, embora haja referências a sua demolição em ações da fase de construção no Resumo Não Técnico;

- Apesar de menção nos esclarecimentos da correção da identificação do impacte perspectivado para a fase de construção nos recursos hídricos, persiste o erro nos quadros de impactes sobre este fator ambiental;

A atualização da denominação científica da espécie *Erica azorica* ocorreu nos pontos respeitantes à Paisagem, mas não ocorreu no fator ambiental referente à ecologia.

Assim, a Comissão de Avaliação do EIA ao abrigo do n.º 3 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro, considera que não pode deixar de fazer o reparo das imperfeições encontradas nas atuais versões dos volumes que constituem o Estudo de Impacte Ambiental que foram reconhecidas no documento “Esclarecimento Resposta à CA”, mas nem sempre transpostas para o respetivo Relatório Técnico ou para o Resumo Não Técnico.

Apesar do referido no parágrafo anterior, a Comissão de Avaliação foi de parecer que as imperfeições que persistem não apresentam uma gravidade suficiente para impedir a declaração de conformidade do Estudo de Impacte Ambiental, pelo que propõe superiormente que o procedimento de AIA possa prosseguir para a fase de Consulta Pública, todavia e para salvaguarda da transparência desta situação considera que deverão ficar disponíveis para consulta pública, além dos documentos que constituem o EIA, também os pareceres da CA e o documento “Esclarecimento Resposta à CA” e deve ser auscultada a Divisão de Resíduos nas matérias da respetiva competência e a Câmara Municipal de São Roque do Pico relativamente à compatibilização do projeto com o seu Plano Diretor Municipal.

Horta, 05 de julho de 2021

P’la Comissão de Avaliação

Carlos Faria
(DSQA)